



Resenha

ARNAUD, José Morais. *Memória e intervenção: 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013.*

Paulo Martinez¹

O estudioso especializado e o leitor interessado encontram com frequência e facilidade textos sobre a ação técnica e cultural dos poderes e das instituições públicas, de pensadores e de dirigentes do patrimônio, no Brasil e fora dele. Inegavelmente, são mais raros estudos, compilações e trabalhos que abordem a ação privada nesta mesma área de conhecimento e de atuação profissional. Este talvez seja o traço distintivo e singular do livro aqui referido. *Memória e intervenção: 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (AAP). Trata-se da mais antiga entidade dedicada ao patrimônio cultural, criada em 1863, e que subsiste em Portugal. O seu atual presidente, José Morais Arnaud, é o autor desta biografia institucional.

Esta peculiaridade não permite apreciações entusiásticas da livre, apaixonada e competente intervenção da sociedade na esfera cultural. A periodização contida no livro logo explicita os estreitos vínculos da AAP com o Estado, seus dirigentes, as instituições e políticas estatais. O alcance e o grau da iniciativa social privada são re-freados pelo exame da trajetória, das realizações, do corpo de associados, dos anseios da entidade ao longo do tempo. Os capítulos ordenam-se pelos marcos da história política portuguesa: Monarquia, República, Estado Novo, democracia, a inserção de Portugal na comunidade europeia e na sociedade global que adentra o século XXI.

Aos leitores brasileiros, leigos e devotos do patrimônio, a história da AAP e o livro de José Morais Arnaud são oportunos, uma vez que a Constituição Federal fixou a diretriz da atuação conjunta do Estado e da sociedade civil no desenvolvimento de inúmeras políticas públicas, inclusive as de cultura. Estados como o de São Paulo e, recentemente, o Paraná, adotaram instrumentos de gestão cultural pelos quais entidades da sociedade civil, mediante contratos de concessão temporária, administram

¹ Livre-Docente em História Ambiental pela Universidade Estadual Paulista (2010), Doutor em História Social (1999) pela USP. Professor do Departamento de História da UNESP/Assis. martinezph@uol.com.br.

bens, acervos, equipamentos e espaços culturais públicos. A revitalização de órgãos técnicos, da formação profissional e das ações patrimoniais, sobretudo na última década, também torna atraente a leitura da obra. Falemos dela e outras tantas de suas características gerais.

A sua publicação acompanhou a realização da exposição de textos, fotografias e documentos, relativos aos 150 anos da AAP, na Biblioteca Nacional, em Lisboa, em 2013-2014. Não se trata do seu catálogo, embora os capítulos do livro tenham fornecido o roteiro da exibição e do material exposto. Exposição e livro, duas linguagens para apresentar e refletir sobre o empenho de um grupo de indivíduos eruditos, da sua capacidade de mudança e de adaptação, de foco no objetivo original da entidade: salvaguarda e valorização do patrimônio cultural. Estamos longe de uma história chapa branca da AAP. O livro assemelha-se antes a uma crônica da memória, escrito com leveza, riqueza de dados e informações, iconografia e referências bibliográficas pertinentes.

A primeira metade do século XIX, em Portugal, foi momento de guerras e destruição. Antigos e seculares edifícios foram arruinados e adaptados para atender necessidades militares ocasionais. Primeiro, na Guerra Peninsular, contra os invasores franceses, entre 1808 e 1814. Depois, a guerra civil fraturou espíritos e construções, opondo absolutistas e liberais, liderados pelos príncipes-irmãos, Miguel e Pedro, entre 1828 e 1834. O restabelecimento

da soberania e do brio nacional está na origem monárquica da Associação dos Arquitetos Cívicos Portugueses, primeira denominação da atual AAP, organizada em 1863. A AACP nasceu imbuída de ideais liberais e contrários às ameaças que pairavam sobre antigos monumentos e obras de arte. A Associação foi fundada por oito estudiosos e colecionadores, amantes da arquitetura civil, mais do que a militar.

Em julho de 1864 os seus associados decidiram tomar posse das ruínas da igreja do Carmo. Localizada no centro da capital portuguesa, a igreja encontrava-se arruinada e abandonada, soterrada pelo entulho do terremoto de 1755 e pelo lixo das instalações dos serviços destinados à cavalaria militar, na primeira metade do século XIX. Após dez anos de funcionamento a Associação adotou nova orientação técnica e cultural. A arqueologia deixava de ser curiosidade e ornamento, sendo incorporada como vetor de identidade e do estado nacional português. Nova denominação e amparo – Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses – trouxeram a Portugal também estudos, debates, escavações e exposições arqueológicas. Somente em 1907 a proteção ao patrimônio edificado obteve êxito no estabelecimento de um conjunto inicial de monumentos nacionais, como a Torre de Belém, ruínas e construções romanas e católicas.

O Museu Arqueológico do Carmo foi instituído pela Associação ainda em 1864. A preservação e a limpeza das ru-

ínas da velha igreja forneceram a base do seu acervo, logo enriquecido com outras peças e coleções. As preocupações pedagógicas, exposições, cursos, estudos e a edição de revista temática contando com expressiva rede de colaboradores nacionais e estrangeiros, asseguraram a presença da Associação no cenário científico e cultural do fim do século XIX em Portugal. A ampliação e a diversificação do acervo, a reorganização da exposição e o seu caráter educativo contribuíram para desfazer-se a imagem de “museu de salvados” e para o erguimento da imagem de museu científico. Logo a Associação conheceu a ampliação no quadro de associados e de correspondentes, a remodelação do edifício e de seus espaços internos ea manutenção das ruínas.

O século XX, republicano, assistiu à progressiva institucionalização das ações sobre o patrimônio cultural nas políticas públicas de cultura, educação, artes e ciências. A AAP consolidou-se como instituição profissional, técnica e cultural, agora desvinculada dos arquitetos, que se reuniram em sua própria agremiação nos anos finais da monarquia portuguesa. A Associação participou da intensa campanha desencadeada pela valorização do patrimônio construído em antigas cidades, como Évora, Santarém e Tomar, e que encontrou na Torre de Belém o mais vivo simbolismo. A preservação, os estudos, as denúncias e ações contra o vandalismo que ensejou articulavam o patrimônio

cultural à cidadania e ao ideário do regime republicano instaurado em 1910.

Este protagonismo e alcance social seria abalado durante as décadas do Estado Novo (1926-1974), frente ao ordenamento estatal que caracterizou os anos iniciais do Salazarismo. Em 1929 foi criada a Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, órgão nacional encarregado da política patrimonial, nutrida em ideário nacionalista e pouco afeita à orientação científica consistente. Confinada em seu campo de ação, a AAP voltou-se para a divulgação do patrimônio português, consultorias técnicas e arqueologia amadora, além de estudos de heráldica e de genealogia, alimentando uma curiosa interação entre arte, arquitetura e arqueologia. A AAP ainda assim obteve algum apoio governamental no tocante às ruínas da velha igreja e do seu museu.

Somente no fim da década de 1970, após a Revolução dos Cravos (1974), houve a disseminação de metodologias e de técnicas arqueológicas de matriz anglo-saxônica. A reorganização dos poderes públicos sob o regime democrático suprimiu subsídios e facilidades administrativas que a AAP desfrutara em anos anteriores. Dirigentes e associados tiveram que enfrentar o desafio de prover a subsistência administrativa e a manutenção financeira da Associação. Apoios diversos, parcerias, iniciativas para arrecadação de verbas, campanhas de visitação ao Museu integraram o conjunto de medidas destinadas ao novo momento vivido em Portugal e na entidade.

Nas duas últimas décadas a AAP foi capaz de assegurar a sua sobrevivência e inserir-se no ambiente cultural regido pela globalização. Em ativas campanhas na imprensa, no parlamento e junto à opinião pública nacional procurou mobilizar a sociedade e sensibilizar dirigentes e instâncias governamentais na preservação e valorização do patrimônio cultural em Portugal. Foi o que ocorreu na defesa dos sítios rupestres no vale do Côa, afluente do rio Douro, no nordeste do país, e também nos cuidados e na remodelação da área da igreja do Carmo, quando das obras viárias no centro de Lisboa.

O sucesso alcançado nos anos recentes de gestão associativa das intervenções voltadas ao patrimônio resultou da busca de diversificação de atividades culturais e do público ao qual são destinadas. As parcerias realizadas com empresas, universidades e órgãos oficiais, maior visitação internacional, promoção de reuniões científicas e sobre o patrimônio e a arqueologia contribuíram para a continuidade, mais reconhecimento público e a celebração de seus 150 anos de existência. Os desafios permanecem na comunicação social, no planejamento técnico e administrativo, na efetivação da programação cultural, exposições e publicações.

Os efeitos da crise econômica que se abateu sobre Portugal no último lustro comprometeram as perspectivas esperadas para o futuro próximo. Não se pode, contudo, apagar a longa trajetória e as experiências institucio-

nais desta Associação que conheceu momentos mais ou menos favoráveis durante um século e meio. *Memória e intervenção* injeta esperança e otimismo nos leitores e adeptos de políticas de patrimônio. Isto é bastante cabível e adequado na era que vivemos, tanto no Brasil, quanto em Portugal.

